

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-08-01

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Casanova, J. L. (2000). Critérios de justiça social entre os estudantes de licenciatura em Portugal. In António Custódio Gonçalves, Rui Manuel Sobral Centeno (Ed.), VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. (pp. 53-65). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Casanova, J. L. (2000). Critérios de justiça social entre os estudantes de licenciatura em Portugal. In António Custódio Gonçalves, Rui Manuel Sobral Centeno (Ed.), VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. (pp. 53-65). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

CRITÉRIOS DE JUSTIÇA SOCIAL ENTRE OS ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM PORTUGAL¹

José Luís Casanova

Resumo: Resultados apurados a partir de um inquérito nacional permitem avaliar convergências e divergências dos estudantes de licenciatura em Portugal relativamente a diferentes concepções de justiça social. A igualdade de oportunidades é o princípio distributivo massivamente defendido por esta população e a valorização das capacidades competitivas individuais o único maioritariamente rejeitado. O sexo, a origem social e a área de formação introduzem clivagens significativas nas opiniões expressas.

Palavras-chave: Ensino superior, Concepções de justiça social, Portugal.

INTRODUÇÃO

Num conjunto de perguntas do questionário aplicado a estudantes de licenciatura em Portugal confrontou-se os inquiridos com 7 afirmações, cada uma delas propondo uma justificação para formas específicas de distribuição de recompensas económicas e de reconhecimento social. Pedia-se aos estudantes que tomassem posição perante esses critérios distributivos concordando ou discordando deles. Estes princípios distributivos foram propostos aos inquiridos cada um deles independentemente dos restantes e a escala para as respostas, como se pode ver nos Quadros 1 a 7, vai da concordância à discordância absolutas passando por duas modalidades de acordo e desacordo moderados. Estabeleceu-se ainda uma modalidade para os inquiridos sem opinião sobre este assunto.

As afirmações com que os inquiridos são confrontados representam justificações para modelos diferenciados de distribuição de recompensas e de reconhecimento social permitindo-nos avaliar diferentes concepções de justiça social e, portanto, distintos modos de abordagem às questões das desigualdades e das distinções sociais por parte dos inquiridos².

Presume-se genericamente que as opiniões, enquanto tomadas de posição, dependem da posição e do sentido da trajectória social dos agentes sociais que as expressam, mediados pela representação que os agentes fazem dessa sua posição social³. No presente caso, as diversas abordagens à questão da justiça social deverão depender da imagem mais ou menos favorável que os estudantes tenham da sua posição e das suas expectativas sociais, imagem esta que, por sua vez, decorrerá significativamente da posição e trajectória social objectivas desses estudantes.

As opiniões sobre princípios distributivos associam-se ainda a sistemas de valores diversos, que não são independentes da origem e posição social mas podem variar também com a maior ou menor abertura dessa posição social, com a maior ou menor exposição a outras orientações socioculturais e com o maior ou menor envolvimento institucional dos agentes.

¹ Esta comunicação insere-se no projecto *Os Estudantes de Licenciatura em Portugal* em que participam João Ferreira de Almeida (coordenador), António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, José Luís Casanova, Rosário Mauritti, Patrícia Ávila e Susana Martins. Este projecto está integrado no *Observatório Permanente da Juventude Portuguesa*, coordenado por José Machado Pais, enquadrado no Instituto de Ciências Sociais e financiado pela Secretaria de Estado da Juventude. Os resultados incluídos na comunicação decorrem de um inquérito aplicado a uma amostra representativa de 2000 estudantes de licenciatura em Portugal, estratificada por área científica, região do estabelecimento de ensino e tipo de ensino (público/privado).

² A importância das concepções de justiça social e de uma sociologia da injustiça tem sido evidenciada por diversos autores. Ver, por exemplo, Manuel Villaverde Cabral, (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, Gordon Marshall, (1997), *Repositioning Class – Social Inequality in Industrial Societies*, Sage Publications, London, pp. 178 – 218, António Firmino da Costa, (1987), "Novos contributos para velhas questões das classes sociais", *Análise Social*, vol. XXIII (98), pp. 635 – 686, John E. Roemer, (1982), *A General Theory of Exploitation and Class*, Harvard University Press, Cambridge-Massachusetts, pp. 288 – 289, Barrington Moore, (1978), *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt*, Myron Sharpe, White Plains, New York, John Rawls, (1971), *A Theory of Justice*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.

³ Cf. Pierre Bourdieu, (1979), *La Distinction*, Paris, Minuit, p. 529.

Estas tomadas de posição relativamente a modelos diversos de distribuição de recompensas e reconhecimento exibem princípios de ordem ideológico-simbólica e estão, normalmente, associadas a orientações e tomadas de posição políticas.

Observemos, para já, os resultados referentes à globalidade da amostra.

RESULTADOS GLOBAIS

A tomada de posição menos controversa é a da concordância destacada com a opinião de que, independentemente de características inatas ou adquiridas, as pessoas devem ter todas acesso às mesmas oportunidades de educação e formação e às mesmas oportunidades de emprego e reconhecimento social. As opiniões favoráveis (concordância absoluta e concordância parcial) somam cerca de 94% da amostra e a concordância absoluta corresponde a 75% (ver Quadro 1). Entre os estudantes do ensino superior predomina, pois, de um modo quase sem oposição, um modelo de defesa da igualdade de oportunidades defendido contra sistemas de distribuição baseados nas diferenças de condição social de partida⁴ ou de capacidades adquiridas.

É também nas respostas a esta questão que o número de estudantes que não exprime opinião é menor (comparar com Quadros 2 a 7), ou seja é em torno desta concepção de justiça social que há menor indecisão ou indiferença.

QUADRO 1
OPINIÕES SOBRE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

	Concorda absolutamente	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente	Discorda absolutamente	Não tem opinião
Independentemente de características inatas ou adquiridas, as pessoas devem ter todas acesso às mesmas oportunidades de educação e formação e às mesmas oportunidades de emprego e reconhecimento social	75.4	18.2	4.6	0.9	0.9

A isto seguem-se as concordâncias, agora mais moderadas, com as opiniões de que as diferentes qualificações e competências adquiridas por cada pessoa devem traduzir-se também em diferentes recompensas económicas e diferente reconhecimento social (ver Quadro 2: os que concordam em absoluto ou parcialmente são 82%) e de que a partir dum nível mínimo de sobrevivência garantida, os que demonstrem maior sentido de responsabilidade, desenvolvam maiores esforços e assegurem maiores competências devem ter maiores recompensas económicas e reconhecimento social (ver Quadro 3: os que concordam globalmente são 81%). Estes modelos, em que se valorizam as qualificações e competências, e um sistema meritocrático sensível aos problemas de ordem social, convocam, pois, um acordo alargado mas sem o carácter absoluto do que descrevemos anteriormente (na valorização das qualificações e do mérito a modalidade com maior peso é a concordância parcial).

QUADRO 2
OPINIÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES

	Concorda absolutamente	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente	Discorda absolutamente	Não tem opinião
As diferentes qualificações e competências adquiridas por cada pessoa devem ser traduzidas em diferentes recompensas económicas e diferente reconhecimento social	30.9	51.1	12.1	4.2	1.8

⁴ Muito trabalho sociológico tem vindo a mostrar que características ditas "inatas" são, em boa parte, resultantes sociais, em particular decorrentes de diferentes modelos de educação no quadro da família de origem.

A valoriza o aqui dada às qualifica es e competências diverge parcialmente do princípio da igualdade de oportunidades - neste último rejeita-se, como vimos, a distribui o de recompensas e reconhecimento em fun o de características adquiridas. A valoriza o das qualifica es parece constituir, portanto, um princípio secundário ainda que importante nesta popula o.

**QUADRO 3
OPINIÕES SOBRE A VALORIZA O DO MÉRITO**

	Concorda absolutamente	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente	Discorda absolutamente	Não tem opinião
A partir de um nível mínimo de sobrevivência garantida, os que demonstrem maior sentido de responsabilidade, desenvolvam maiores esforços e assegurem maiores competências devem ter maiores recompensas econ�micas e maior reconhecimento social	31.2	49.9	11.5	3.8	3.6

Os restantes resultados referidos a este tema são menos claros.

Relativamente   opinião de que as desigualdades naturais das pessoas, em termos de qualidades especiais e talento, se devem traduzir em diferentes recompensas e reconhecimento, as tomadas de posi o concordantes somam mais de 50%, sendo a opinião mais escolhida a concordância parcial; mas a segunda opinião mais escolhida   já a discordância parcial (Quadro 4). Uma maioria de estudantes (61%) tende a concordar com este critério de justiça social, em que se valorizam propriedades que os inquiridos considerarão inatas, mas existe alguma divisão entre os inquiridos a este respeito.

**QUADRO 4
OPINIÕES SOBRE A VALORIZA O DO TALENTO**

	Concorda absolutamente	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente	Discorda absolutamente	Não tem opinião
As desigualdades naturais das pessoas, em termos de qualidades especiais e talento, devem poder traduzir-se em diferentes recompensas econ�micas e diferente reconhecimento social	14.7	45.8	22.4	13.8	3.3

O mesmo se passa relativamente   afirma o de que independentemente de características inatas ou adquiridas, as pessoas devem ter todas o mesmo nível de vida e reconhecimento social. Este modelo distributivo igualitarista, ainda integra 52% dos estudantes nas respostas concordantes, mas a divisão entre os inquiridos já   maior do que relativamente ao modelo anterior (ver Quadro 5).

QUADRO 5
OPINIÕES SOBRE A IGUALDADE

	Concorda absolutamente	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente	Discorda absolutamente	Não tem opinião
Independentemente de características inatas ou adquiridas, as pessoas devem ter todas o mesmo nível de vida e	15.7	36.1	32.9	12.9	2.4

Quando se afirma que as influências e heranças familiares constituem processos tão legítimos como outros de obter reconhecimento social e bem-estar, a resposta mais escolhida é, também aqui, a concordância parcial, a que se segue a discordância parcial (Quadro 6). Mas se somarmos as tomadas de posição concordantes (48%), por um lado, e as discordantes (48%), por outro lado, verifica-se um empate absoluto entre ambas – esta afirmação, em que se justificam desigualdades distributivas com base em propriedades extrínsecas ao próprio indivíduo, como são as diferenças de origem social e a capacidade de mobilização de redes sociais, divide claramente ao meio os estudantes do ensino superior em Portugal. A percentagem relativamente elevada dos que a este propósito omitem a sua opinião poderá ser igualmente indicativa de divisão e indecisão no que se refere a este princípio distributivo.

QUADRO 6
OPINIÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DAS INFLUÊNCIAS E HERANÇAS FAMILIARES

	Concorda absolutamente	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente	Discorda absolutamente	Não tem opinião
As influências e as heranças familiares constituem processos tão legítimos como outros de obter reconhecimento social e bem-estar	12.7	35.6	26.9	21.4	3.4

Relativamente à opinião de que os que triunfam na vida são os mais capazes, merecendo por isso o lugar de destaque que alcançam, a resposta com maior peso proporcional continua a ser a concordância parcial, a que se segue a discordância parcial (Quadro 7). Mas se adicionarmos de novo o número de respostas globais (“em absoluto” + “parcialmente”) dos que concordam e dos que discordam, aqui a tomada de posição discordante (55%) tem maior peso que a concordante (43%). Este modelo, em que se defendem as capacidades pessoais e a competição sem regras, é, pois, o único modelo de entre os propostos que observa uma antipatia maioritária por parte dos estudantes.

QUADRO 7
OPINIÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DAS CAPACIDADES COMPETITIVAS INDIVIDUAIS

	Concorda absolutamente	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente	Discorda absolutamente	Não tem opinião
Os que triunfam na vida são os mais fortes e os mais capazes, merecendo por isso o lugar de destaque que alcançam	8.2	35.2	33.3	21.7	1.6

Na ética social dos estudantes de licenciatura em Portugal prevalece, pois, de modo muito destacado, o princípio da igualdade de oportunidades. As diferenças de recompensas e reconhecimento em função de diferenças de qualificação ou de mérito também são defendidas por uma maioria importante, mas têm um significado secundário. A estes traços importa acrescentar a rejeição maioritária do critério em que se valorizam estritamente as capacidades competitivas pessoais.

QUADRO 8

ASSOCIAÇÃO ENTRE OPINIÕES RELATIVAS À IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E À VALORIZAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES

Valores absolutos e % relativamente ao total

Igualdade de Oportunidades	Qualificações e competências			
	Concorda	Discorda	Não tem opinião	Total
Concorda	1521 77.5	296 15.1	19 1.0	1836 93.6
Discorda	83 4.2	21 1.1	4 0.2	108 5.5
Não tem opinião	4 0.2	1 0.1	13 0.7	18 0.9
Total	1608 82.0	318 16.2	36 1.8	1962 100.0

QUADRO 9

ASSOCIAÇÃO ENTRE OPINIÕES RELATIVAS À IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E À VALORIZAÇÃO DO MÉRITO

Valores absolutos e % relativamente ao total

Igualdade de Oportunidades	Mérito e inclusão social			
	Concorda	Discorda	Não tem opinião	Total
Concorda	1514 77.2	270 13.8	54 2.8	1838 93.7
Discorda	74 3.8	30 1.5	2 0.1	106 5.4
Não tem opinião	3 0.2	1 0.1	14 0.7	18 0.9
Total	1591 81.1	301 15.3	70 3.6	1962 100.0

QUADRO 10

ASSOCIAÇÃO ENTRE OPINIÕES RELATIVAS À VALORIZAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES E DO MÉRITO

Valores absolutos e % relativamente ao total

Qualificações e Competências	Mérito e inclusão social			
	Concorda	Discorda	Não tem opinião	Total
Concorda	1417 72.4	152 7.8	36 1.8	1605 82.0
Discorda	166 8.5	145 7.4	6 0.3	317 16.2
Não tem opinião	5 0.3	5 0.3	26 1.3	36 1.8
Total	1588 81.1	302 15.4	68 3.5	1958 100.0

Verifica-se ainda que uma elevada percentagem de estudantes (entre 72 e 78%) partilha uma opinião concordante simultaneamente com a igualdade de oportunidades e com a valorização das qualificações e do mérito (ver Quadros 8, 9 e 10). Existem, pois, continuidades e articulações significativas entre estes três princípios nas opiniões dos estudantes e a sua base social é dominante nesta população. As diferenças entre o princípio da igualdade de oportunidades e as valorizações das qualificações e do mérito estão quantificadas nos Quadros 8 e 9: 15% do total dos estudantes concorda com a igualdade de oportunidades e discorda com a valorização das qualificações e competências e 14% concorda com o primeiro e discorda com a valorização do mérito.

Como observámos, os últimos critérios de justiça social expostos dividem sensivelmente esta população. Vejamos até que ponto a análise que tem em conta diferenças sociográficas nos inquiridos, nomeadamente em termos de origem de classe, sexo, condição perante o trabalho e área de formação, pode esclarecer as tendências aqui esboçadas.

OPINIÕES SOBRE CRITÉRIOS DE JUSTIÇA SOCIAL E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS ESTUDANTES

As opiniões relativas à igualdade de oportunidades praticamente não variam com as diferenças de origem de classe dos estudantes: em todos os casos uma maioria sempre superior a 50% das respostas concorda em absoluto com este princípio distributivo e mais de 90% concorda em absoluto ou parcialmente. Entretanto, os que mais se destacam no apoio a este princípio são, por ordem decrescente de importância, os estudantes originários de famílias de empregados executantes, trabalhadores independentes, e profissionais técnicos ou de enquadramento, a que se seguem os filhos de assalariados executantes pluriactivos, empresários, dirigentes e liberais, operários industriais e trabalhadores independentes pluriactivos (estes e os resultados que a seguir se expõem constam do Quadro 11)⁵. São, portanto, os estudantes descendentes de famílias das classes médias, que têm maior presença no apoio à igualdade de oportunidades.

A opinião relativamente a este princípio distributivo também não varia com a condição perante o trabalho, o sexo ou a área de formação dos estudantes, mas existem aqui igualmente algumas diferenças de peso percentual.

Os estudantes-trabalhadores concordam mais com este princípio distributivo do que os que apenas estudam, e entre os estudantes do sexo feminino a concordância com a igualdade de oportunidades também tem maior peso do que entre o sexo masculino.

As áreas de formação em que a opinião favorável à igualdade de oportunidades tem maior peso são, por ordem decrescente de importância, Ciências Sociais, Direito, Ciências Naturais e Matemática, e Letras e Artes, a que se seguem depois Economia e Gestão, Engenharias e Ciências Médicas.

Em geral, as diferenças de peso da opinião concordante são pouco relevantes; a adesão alargada e socialmente partilhada à igualdade de oportunidades é o traço característico que mais importa aqui assinalar. Esta convergência de opiniões e o seu peso evidenciam um princípio ético social arreigado nesta população, que tem a sua maior sustentação nos estudantes das classes médias, do sexo feminino e da área das Ciências Sociais.

⁵ Estas classes sociais foram determinadas usando a tipologia desenvolvida por António Firmino da Costa em *Sociedade de Bairro*, (1999), Celta Editora, Oeiras, pp. 226-245, que tem como referência o modelo desenvolvido em João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, (1988), "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº4. As modalidades resultam do cruzamento entre o lugar de classe do pai e da mãe dos estudantes, e são as seguintes: empresários, dirigentes e liberais; profissionais técnicos ou de enquadramento (assalariados com capitais escolares elevados e/ou responsabilidades de chefia de nível intermédio); trabalhadores independentes (comerciantes, artesãos, camponeses, etc); trabalhadores independentes pluriactivos (categoria que resulta do cruzamento de trabalhadores independentes com empregados executantes, operários industriais ou assalariados agrícolas); empregados executantes; operários industriais; assalariados executantes pluriactivos (categoria que resulta do cruzamento entre empregados executantes, operários industriais e assalariados agrícolas).

QUADRO 11
OPINIÃO SOBRE PRINCÍPIOS DISTRIBUTIVOS E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS INQUIRIDOS

	Concorda	Discorda
Independentemente de características inatas ou adquiridas, as pessoas devem ter todas acesso às mesmas oportunidades de educa�o e forma�o e às mesmas oportunidades de emprego e reconhecimento social	EE, TI, PTE, Aepl, EDL, OI, Tipl	
As diferentes qualifica�es e competências adquiridas por cada pessoa devem ser traduzidas em diferentes recompensas econ�micas e diferente reconhecimento social	TI, EDL, EE, PTE, Tipl, OI, Aepl	
A partir de um nível mínimo de sobrevivência garantida, os que demonstrem maior sentido de responsabilidade, desenvolvam maiores esforços e assegurem maiores competências devem ter maiores recompensas econ�micas e maior reconhecimento social	EDL, TI, Tipl, EE, PTE, OI, Aepl	
As desigualdades naturais das pessoas, em termos de qualidades especiais e talento, devem poder traduzir-se em diferentes recompensas econ�micas e diferente reconhecimento social	EDL, EE, OI, Tipl, PTE, TI, Aepl	
Independentemente de características inatas ou adquiridas, as pessoas devem ter todas o mesmo nível de vida e o mesmo reconhecimento social	Aepl, OI, EE, TI, Tipl, PTE Sexo feminino Letras e Artes, C.Sociais, C.Naturais e Matemática, Direito, Economia e Gestão	EDL Sexo masculino Superior C.Médicas, Engenharias
As influências e as heranças familiares constituem processos tão legítimos como outros de obter reconhecimento social e bem-estar	TI, EE, EDL, Tipl Sexo feminino Estudante Economia e Gestão, Direito	PTE, OI Sexo masculino Estudantes-trabalhadores C.Médicas, Engenharias, C.Sociais, Letras e Artes, C.Naturais e Matemática
Os que triunfam na vida são os mais fortes e os mais capazes, merecendo por isso o lugar de destaque que alcançam	TI Sexo masculino Economia e Gestão, Engenharias	OI, Aepl, Tipl, PTE, EE, EDL Sexo feminino C.Naturais e Matemáticas, Letras e Artes, C.Sociais, C.Médicas e Direito

NOTA: Os graus de escolaridade referem-se aos pais dos estudantes (o "Ensino Básico 1 ou menos" engloba até 4 anos de escolaridade; o "Básico 2/3" representa entre 6 e 9 anos de escolaridade; o "Secundário" corresponde a 10, 11 ou 12 anos de escolaridade).

As categorias em sigla são as classes sociais dos pais dos estudantes (EDL - empresários, dirigentes e liberais; PTE - profissionais técnicos ou de enquadramento; TI - trabalhadores independentes; Tipl - trabalhadores independentes pluriactivos; EE - empregados executantes; OI - operários industriais; Aepl - assalariados executantes pluriactivos). As siglas das classes sociais estão dispostas por ordem decrescente de importância. As classes sociais que não constam do quadro são as que correspondem a posicionamentos divididos entre a concordância e a discordância.

Registou-se também se os inquiridos são estudantes-trabalhadores ou se apenas estudam.

Registou-se igualmente o sexo dos estudantes.

Nos primeiros quatro cr terios de justiça social regista-se apenas a classe de origem.

Um cr terio ainda pouco pol mico quando observado a partir das características sociográficas dos estudantes (como no caso anterior, quaisquer que sejam estas características a maioria   sempre concordante)   o da valoriza o das qualifica es.

O grau de concordância, entretanto, diminui quando passamos das classes sociais de origem dos trabalhadores independentes, empresários, dirigentes e liberais, para os empregados executantes, profissionais técnicos ou de enquadramento, trabalhadores independentes pluriactivos, operários industriais e assalariados executantes pluriactivos (ver sempre o Quadro 11).

Os estudantes-trabalhadores e os do sexo masculino também têm maior presença nas opiniões concordantes.

No que respeita às áreas de formação destacam-se proporcionalmente nas opiniões concordantes os alunos de Economia e Gestão, Engenharias, Direito e Ciências Médicas a que se seguem os de Ciências Naturais e Matemática, Ciências Sociais e Letras e Artes. Os cursos com uma relação mais directa ao desenvolvimento económico e ao trabalho liberal qualificado são os que mais se destacam na sustentação deste modelo distributivo.

O princípio em que se defende a valorização do mérito também não origina clivagens de opiniões entre os inquiridos ao longo das classificações sociográficas aqui propostas.

Existem contudo diferenças de significado no apoio explícito: os que têm aqui maior presença são os estudantes filhos de empresários, dirigentes e liberais, trabalhadores independentes e trabalhadores independentes pluriactivos seguidos de empregados executantes, profissionais técnicos ou de enquadramento, operários industriais e assalariados executantes pluriactivos (Quadro 11).

QUADRO 12

OPINIÃO SOBRE A VALORIZAÇÃO DO MÉRITO E GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS (VALORES ABSOLUTOS E % EM COLUNA)

	Básico 1 ou menos	Básico 2 e 3	Secundário	Superior	Total
Concorda	364 78.3	330 79.7	265 81.1	618 83.8	1577
Discorda	78 16.8	64 15.5	56 17.1	100 13.6	298
Não tem opinião	23 4.9	20 4.8	6 1.8	20 2.7	69
Total	465	414	327	738	1944

A opinião relativamente a este princípio distributivo varia também linearmente com o grau de escolaridade dos pais dos estudantes⁶: quanto mais elevado este grau de escolaridade mais os estudantes tendem a apoiar este princípio (Quadro 12).

À frente no apoio a este princípio distributivo estão, pois, estudantes oriundos de famílias com elevados recursos económicos e escolares; mas em nenhum caso existe uma maioria discordante.

Os estudantes-trabalhadores e os do sexo masculino também se destacam nas opiniões favoráveis.

A sequência por ordem decrescente de apoio a este princípio distributivo nas diferentes áreas de formação é a seguinte: Engenharias, Economia e Gestão, Direito, Ciências Médicas, Ciências Naturais e Matemática, Letras e Artes e Ciências Sociais. A hierarquização das áreas de formação mais concordantes é muito semelhante à registada a propósito da valorização das qualificações, mas aqui as Engenharias estão à frente da Economia e Gestão.

Nas opiniões relativas à valorização do talento mantém-se a predominância da opinião concordante nas diversas características sociográficas dos inquiridos.

Se começarmos pelos estudantes que têm maior peso na concordância temos a seguinte ordem segundo a classe de origem: empresários, dirigentes e liberais, empregados executantes, operários industriais, trabalhadores independentes pluriactivos, profissionais técnicos ou de enquadramento, trabalhadores independentes, assalariados executantes pluriactivos (Quadro 11).

Os estudantes-trabalhadores e os do sexo masculino também tomam aqui mais posições concordantes.

No que respeita às áreas de formação a sequência, sempre por ordem decrescente de apoio, é a seguinte: Economia e Gestão, Engenharias, Direito, Ciências Médicas, Ciências Naturais e Matemática, Ciências Sociais, Letras e Artes. Neste caso a hierarquização das áreas de formação em termos de peso na concordância é exactamente a mesma que a relativa à valorização das qualificações. Os critérios em que se preconiza a valorização das qualificações e do talento organizam, pois, do mesmo modo o apoio que encontram nas diversas áreas de formação no ensino superior.

⁶ Na Nota ao Quadro 11 são explicados os conteúdos das modalidades referentes ao grau de escolaridade dos pais dos inquiridos.

Os estudantes de Letras e Artes aparecem no fim da lista no apoio a um princípio que favorece o talento. Este resultado um tanto inusitado poderá explicar-se pelo facto de na concepção de justiça social que é proposta, o talento ser associado a desigualdades naturais, um tipo de desigualdades que estes estudantes poderão rejeitar como justificação de reconhecimento social. O facto de estes estudantes estarem à frente entre os que concordam com o princípio igualitário e discordarem maioritariamente com a valorização das capacidades competitivas individuais e das influências e heranças familiares converge para sustentar esta explicação. Entre os inquiridos de Letras e Artes deverá prevalecer, portanto, uma concepção não naturalista do talento, o que significa que atribuem importância significativa aos contextos sociais na formação das disposições estéticas e qualificações artísticas.

Ao contrário das concepções de justiça social que analisámos até aqui, relativamente às seguintes verificam-se divergências e clivagens evidentes.

No que diz respeito ao princípio distributivo igualitário verifica-se que só no caso dos estudantes descendentes de empresários, dirigentes e liberais, a classe social com maior volume de capital económico e poder, existe uma maioria que discorda (por uma diferença diminuta). Entre os que mais concordam com este princípio estão os descendentes de assalariados executantes pluriactivos, operários industriais e empregados executantes (as classes sociais de menores recursos económicos e culturais), seguidos pelos filhos de trabalhadores independentes, trabalhadores independentes pluriactivos e profissionais técnicos ou de enquadramento (Quadro 11).

A defesa da igualdade em sentido estrito varia linearmente com a escolaridade dos pais, sendo a correlação negativa (ver Quadro 13): quanto maior a escolaridade dos progenitores menos se apoia este princípio distributivo (entre os filhos de pais com o ensino superior a maioria discorda do princípio, ao contrário dos restantes casos em que a maioria concorda).

QUADRO 13
OPINIÃO SOBRE A IGUALDADE E GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS (VALORES ABSOLUTOS E % EM COLUNA)

	Básico 1 ou menos	Básico 2 e 3	Secundário	Superior	Total
Concorda	269 58.1	233 56.3	173 53.1	329 44.5	1004 51.7
Discorda	181 39.1	170 41.0	146 44.8	394 53.3	891 45.9
Não tem opinião	13 2.8	11 2.7	7 2.1	16 2.2	47 2.4
Total	463	414	326	739	1942

Tanto os estudantes-trabalhadores como os que apenas estudam tendem a concordar com este princípio; o maior apoio vem, entretanto, dos que trabalham.

Nos inquiridos do sexo feminino prevalece a concordância, ao contrário do sexo masculino em que a maioria discorda.

Entre as áreas de formação também existem divisões a este respeito: concordam maioritariamente com este princípio os estudantes de Letras e Artes, Ciências Sociais, Ciências Naturais e Matemática, Direito, e Economia e Gestão. Entre os estudantes de Ciências Médicas e Engenharias predomina a discordância.

A oposição ao modelo igualitarista vem, pois, sobretudo de estudantes do sexo masculino, alunos de cursos associados a percursos socioprofissionais a que correspondem rendimentos e poder elevados, e que são descendentes de pais com capitais económicos elevados e com o curso superior.

Quanto ao princípio em que se defendem as influências e heranças familiares as divisões já são mais claras. No caso dos profissionais técnicos ou de enquadramento e, a seguir, dos operários industriais a maioria está em desacordo. Os assalariados executantes pluriactivos estão divididos ao meio a este respeito. Nas restantes origens de classe, a maioria concorda, a começar pelos trabalhadores independentes e empregados executantes, a que se seguem os empresários, dirigentes e liberais, e trabalhadores independentes pluriactivos (Quadro 11).

Os inquiridos que apenas estudam e os do sexo feminino concordam maioritariamente com este princípio enquanto os estudantes-trabalhadores e os do sexo masculino tendem a discordar.

O apoio maioritário do sexo feminino a este princípio levanta algumas questões. Como explicar que um sector social tradicionalmente desfavorecido e envolvido em projectos emancipatórios defenda um modelo distributivo que concorre globalmente para a reprodução social? Voltaremos a esta questão no final deste texto.

É porque é que relativamente a este critério entre os que apenas estudam há mais opiniões concordantes e entre os estudantes-trabalhadores a maioria discorda? O exercício de actividade laboral, nestes últimos, significa que as suas estratégias passam por alguma autonomização relativamente à família de origem e, portanto, não é de estranhar que desvalorizem as influências e heranças familiares. De acordo com resultados apurados, não há diferenças significativas nas origens de classe que possam explicar directamente estes resultados (entre os estudantes-trabalhadores há mais descendentes de empresários, dirigentes e liberais, enquanto nos que apenas estudam predominam ligeiramente os descendentes de profissionais técnicos ou de enquadramento).

Entre os estudantes de Economia e Gestão, e Direito tem maior peso a concordância. Nos de Ciências Médicas, Engenharias, Ciências Sociais, Letras e Artes, Ciências Naturais e Matemática há mais opositores.

A valorização das capacidades competitivas individuais divide também os estudantes no que se refere às suas origens de classe. Os descendentes de trabalhadores independentes estão maioritariamente de acordo (Quadro 11). Em desacordo, começando pelos mais evidentes, estão os operários industriais, assalariados executantes pluriactivos, trabalhadores independentes pluriactivos, profissionais técnicos ou de enquadramento, empregados executantes e empresários, dirigentes e liberais. Porque é que os filhos dos trabalhadores independentes, geralmente com recursos escolares e culturais frágeis e com recursos económicos intermédios, defendem um princípio distributivo correlato de formas desreguladas de liberalismo económico? De acordo com algumas leituras sociológicas não seria de esperar encontrar neste papel os estudantes oriundos de famílias com os maiores recursos económicos, ou seja de empresários, dirigentes e liberais? Estes, apesar de estarem na última posição na hierarquia, discordam maioritariamente com este princípio distributivo. Voltaremos a esta questão.

Tanto os que apenas estudam como os estudantes-trabalhadores discordam com este princípio (os primeiros com maior ênfase).

Os estudantes, ao contrário das estudantes, tendem a concordar com este princípio distributivo.

A maioria dos estudantes de Economia e Gestão, e Engenharias concorda com este princípio distributivo. Os restantes tendem a discordar, destacando-se na discordância as áreas de Ciências Naturais e Matemáticas, Letras e Artes, e Ciências Sociais, seguidas de Ciências Médicas e Direito.

Até este ponto analisaram-se um a um os diversos critérios de justiça social propostos de modo a avaliar os pesos e as características dos sectores sociais apoiantes e discordantes. Importa, agora, observar como se articulam o apoio e a rejeição desses critérios em sectores sociais distintos, análise que pode continuar a ser feita a partir do Quadro 11.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Como vimos, os estudantes do sexo feminino apoiam mais do que o sexo masculino a igualdade de oportunidades e opõem-se ao sexo masculino ao defenderem a igualdade em sentido estrito, e a legitimidade das influências e heranças familiares como processos de obter reconhecimento social e bem-estar. A defesa da igualdade e a primazia no apoio à igualdade de oportunidades contribuem para objectivos sociais potencialmente emancipatórios; já o apoio às influências e heranças familiares, princípio distributivo alheio aos investimentos pessoais e que favorece a reprodução social, surge aqui como uma nota aparentemente contraditória com o anterior. Alguma falta de confiança em termos sociais, a sustentar estratégias socialmente defensivas, poderá ajudar a explicar esta dimensão reactiva nas orientações do sexo feminino.

Os estudantes do sexo masculino opõem-se ao sexo feminino no apoio que dão à valorização das capacidades competitivas individuais e estão mais presentes que as estudantes nas opiniões concordantes com a valorização das qualificações, do mérito e das diferenças naturais e de talento. O sexo masculino exhibe aqui a sua condição socialmente favorecida que lhe permite ter expectativas individuais elevadas de sucesso num jogo social competitivo; a maior sustentação que estes estudantes dão à valorização de características centradas nos investimentos pessoais (e não nas influências e heranças familiares) revela orientações maioritariamente próactivas.

Como vimos, quanto maior é o grau de escolaridade na família de origem dos estudantes mais estes apoiam o mérito e mais discordam com o modelo igualitário; os estudantes cujos pais têm o ensino superior são portanto os que mais decisivamente representam esta ética social. Isto permite-nos presumir que esta ética poderá ter dominado tradicionalmente o ensino superior enquanto a reprodução social dos diplomas era aqui uma regularidade quase exclusiva. Tal ética social terá deixado entretanto de ser dominante e deu lugar a uma preponderância da

igualdade de oportunidades. Esta mudança ficará, em boa parte, a dever-se à expansão do ensino superior e à diversificação social da população estudante.

Os estudantes descendentes de empresários, dirigentes e liberais, ou seja da classe social com capitais económicos e poder mais elevados, opõem-se aos estudantes das restantes classes de origem quando discordam com o princípio igualitário e são os que maior apoio dão à valorização das desigualdades naturais, e do mérito. Estes estudantes exibem, pois, orientações consentâneas com a defesa da sua condição social favorável, sustentando assim processos de reprodução social, mas integram na sua ética social a valorização dos investimentos pessoais e alguma sensibilidade relativamente aos problemas sociais.

O destaque dos inquiridos com origem de classe nos profissionais técnicos ou de enquadramento só é observável na tomada de posição contra a legitimação das influências e heranças familiares enquanto processos de obtenção de reconhecimento social, ou seja na recusa de factores extrínsecos às características pessoais na valorização social. Descendentes de uma classe social com recursos económicos intermédios (e que, portanto, não garante uma segurança económica elevada aos seus descendentes) e que investe significativamente no capital escolar (cuja transmissão intergeracional não é automática e é, portanto, menos assegurada que a do capital económico) estes inquiridos insurgem-se contra uma concepção de justiça social que, essencialmente, fragiliza a posição social equivalente à sua origem social através da desvalorização social e da criação de dificuldades ao investimento no capital escolar e na autonomia. Rejeitam-se assim, também, alguns dos constrangimentos sociais à mobilidade social ascendente assente nos investimentos pessoais.

Os filhos de trabalhadores independentes são os únicos a votarem globalmente a favor da valorização das capacidades competitivas individuais, são os que mais defendem a legitimação das influências e heranças familiares e também estão à frente no apoio à valorização das qualificações e competências. As orientações mais pró-activas (investimento em características adquiridas) e mais reprodutivas (recurso às influências e heranças familiares) são aqui valorizadas simultaneamente e em conjunto com a defesa da «lei do mais forte». Originários de famílias com reduzidos recursos escolares mas com recursos económicos intermédios, estes estudantes valorizam, portanto, um dinamismo individualista em que não se dispensa o recurso à família de origem, possivelmente enquanto estratégia defensiva.

Os inquiridos oriundos das classes de menores recursos – empregados executantes, assalariados executantes pluriactivos e operários – surgem destacados, respectivamente, na defesa da igualdade de oportunidades e da igualdade em sentido estrito, e na oposição à valorização das capacidades competitivas individuais. Demonstram, assim, o seu investimento na emancipação social e a rejeição de um modelo distributivo desfavorável às suas menores capacidades competitivas decorrentes de uma condição social de reduzidos recursos.

As diversas áreas de formação analisadas hierarquizam-se de modo muito semelhante no que respeita a três das concepções de justiça social que não geram clivagens nos estudantes. Trata-se da valorização das qualificações, do talento e do mérito destacados sobretudo pelos estudantes de Economia e Gestão, Engenharias, Direito e Ciências Médicas, a que se seguem os de Ciências Naturais e Matemática, Ciências Sociais e Letras e Artes. As primeiras quatro áreas de formação, que dão tradicionalmente lugar a percursos socioprofissionais a que correspondem capitais económicos e poder elevados, sobressaem na valorização social dos investimentos pessoais e das aprendizagens facultadas por origens sociais favoráveis, valorização social esta que inclui também alguma sensibilidade para os problemas sociais.

Esta hierarquização entre as áreas inverte-se quase totalmente no apoio dado à igualdade de oportunidades, sustentada sobretudo nas Ciências Sociais, em Direito, nas Ciências Naturais e Matemática, e Letras e Artes, só depois seguidas por Economia e Gestão, pelas Engenharias e pelas Ciências Médicas. A posição de destaque dos estudantes das Ciências Sociais no apoio à igualdade de oportunidades ficará certamente a dever-se em parte significativa à sua maior visibilidade e maior sensibilidade relativamente aos efeitos limitativos das oportunidades de vida criados pelos constrangimentos associados a condições sociais de partida desfavoráveis, limitações essas que prevalecem muitas vezes contra investimentos continuados e intensivos, por exemplo, de profissionalização e de qualificação. Apesar de a estrutura da classe social de origem dos estudantes desta área não ser muito distinta, por exemplo, da dos colegas de Engenharias e Ciências Médicas⁷ (que são os que menos apoio dão a este princípio),

⁷ A maioria dos estudantes de Ciências Sociais descende de profissionais técnicos ou de enquadramento (32%), e de empresários, dirigentes e liberais (24%), distribuição equivalente à dos alunos de Engenharias (40 e 29% respectivamente) e Ciências Médicas (55 e 31%) e não muito diferente da dos estudantes de Economia e Gestão (18 e 27%) e de Direito (26 e 42%).

a maior diversidade das origens sociais na área das Ciências Sociais poderá igualmente contribuir para explicar esta defesa mais marcada da igualdade de oportunidades.

A oposição maioritária dos estudantes de Ciências Médicas e de Engenharias ao modelo igualitário potencia a realização das suas expectativas sociais provavelmente favoráveis em termos económicos e de poder. O facto de serem provenientes de famílias maioritariamente situáveis nos profissionais técnicos ou de enquadramento e não nos empresários, dirigentes e liberais significa que esta resistência à igualdade poderá ser associada não tanto à salvaguarda de uma situação de fundo privilegiada em termos económicos mas principalmente à valorização dos investimentos nas qualificações e do mérito, princípios que defendem de modo destacado como vimos anteriormente.

Uma maioria de alunos de Economia e Gestão, e de Direito concordam com a legitimação das influências e heranças familiares na obtenção de reconhecimento social ao contrário dos colegas de outros cursos. Estes estudantes são sobretudo descendentes de empresários, dirigentes e liberais (e não de profissionais técnicos ou de enquadramento como noutros casos que vimos anteriormente) e o apoio a este princípio distributivo evidencia orientações objectivamente ajustadas a uma reprodução sobretudo defensiva da condição favorável inscrita na sua origem social. Convém lembrar que os estudantes destas áreas estão também entre os que mais valorizam as qualificações o que implica que nesta população se articulam orientações defensivas e investimentos pessoais.

É entre os alunos de Economia e Gestão, e de Engenharias que uma maioria apoia a valorização das capacidades competitivas individuais. Isto significa que entre estes estudantes, cujos percursos socioprofissionais passarão em boa parte pela actividade nas empresas, existe um sector, que na nossa amostra é o mais numeroso, cujas orientações sociais são compatíveis com princípios liberais nas suas formas mais desreguladas, princípios estes que subsistem apoiados na insensibilidade ou no desconhecimento relativamente à exclusão social, aos impasses económicos e às crises democráticas que desencadeiam.

Apesar de uma global convergência de opiniões verificámos ao longo deste texto a existência de divergências de relevo relativamente a diversos critérios de justiça social numa população que em determinadas dimensões é relativamente homogénea – em geral jovem, sem actividade laboral e com destinos de classe semelhantes. As diferenças, por vezes marcadas, entre os sexos e entre as origens de classe mostram que as orientações e disposições interiorizadas em condições sociais distintas continuam a estruturar tomadas de posição diversas na actual situação comum de frequência do ensino superior. As diferenças de opinião entre áreas de formação, por sua vez, parecem articular condições sociais de origem e expectativas de futuro na estruturação de tomadas de posição distintas. Condições, trajectos e expectativas sociais contribuem, pois, decisivamente para explicar diferentes tomadas de posição relativamente a distintos critérios de justiça social, tal como apontámos no início.

Como vimos, na ética social destes estudantes são destacadas como desejáveis formas de organização social em que as oportunidades de vida, as recompensas económicas e o reconhecimento social não sejam determinados por diferenças de condição social de partida ou pelas capacidades competitivas individuais, e em que o favorecimento da qualificação e do mérito não descure a sensibilidade social. Se as propriedades adquiridas (onde se podem incluir as qualificações e o mérito) tendem a ser mais valorizadas do que as propriedades consideradas inatas (o talento), ambas surgem, como vimos, numa posição secundária por relação à igualdade de oportunidades.

Aos estudantes de licenciatura em Portugal, população essencialmente jovem e com escolaridade elevada – um sector social que deverá ter uma influência social e cultural importante na sociedade portuguesa no futuro próximo – não são, pois, aplicáveis algumas teses que defendem a predominância contemporânea de formas de individualismo associado a concepções de justiça social essencialmente baseadas na valorização de propriedades adquiridas como as qualificações e competências.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de, (1990), *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Col. Portugal – Os Próximos 20 Anos, Fundação Calouste Gulbenkian;
- ALMEIDA, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, (1988), "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº4;
- ALVES, Mariana Gaio, (1998), "Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 26, pp. 131 – 148;
- Análise Social, (1968), 6 (20,21) e 6 (22, 23, 24); (1969), 7 (25, 26); (1970), 8 (32);
- BALSA, Casimiro Marques (coord.), (1997), *O Perfil Socio-económico dos Estudantes do Ensino Superior*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, CEOS/CNASES, relatório de pesquisa;
- BOURDIEU, Pierre, (1979), *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit;
- BOURDIEU, Pierre, (1984), *Homo Academicus*, Paris, Les Éditions de Minuit;
- BOURDIEU, Pierre e Jean-Claude Passeron, (1985), *Les Héritiers*, Paris, Les Éditions de Minuit;
- CABRAL, Manuel Villaverde, (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Celta Editora, Oeiras;
- CASANOVA, José Luís, (1993), *Estudantes Universitários – Composição Social, Representações e Valores*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais;
- COSTA, António Firmino da, (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora;
- COSTA, António Firmino da, (1987), "Novos contributos para velhas questões das classes sociais", *Análise Social*, vol. XXIII (98), pp. 635 – 686;
- COSTA, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida, (1990), "Estudantes e amigos – trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, vol. XXV (105-106), pp. 193-221;
- CRUZ, Manuel Braga da, M. Eduarda Cruzeiro, Ema C. M. Leandro e Nelson Matias, (1992), *A PGA e os Estudantes Ingressados no Ensino Superior*, Instituto de Ciências Sociais, relatório de pesquisa;
- GRÁCIO, Sérgio, (1986), *Política Educativa como Tecnologia Social – As Reformas do Ensino Técnico de 1948 e de 1983*, Lisboa, Livros Horizonte;
- LEANDRO, Ema A.C.M., (1985), *Acesso ao Ensino Superior – Análise de Dados Estatísticos*, Lisboa, Ministério da Educação, Gabinete Coordenador do Ingresso no Ensino Superior;
- MACHADO, Fernando Luís, António Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida, (1989), "Identidades e orientações dos estudantes – classes, conyergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28;
- MARSHALL, Gordon, (1997), *Repositioning Class – Social Inequality in Industrial Societies*, Sage Publications, London, pp. 178 – 218;
- MOORE, Barrington, (1978), *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt*, Myron Sharpe, White Plains, New York;
- RAWLS, John, (1971), *A Theory of Justice*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts;
- RESENDE, José M., (1988), "Representações, estratégias e práticas sociais no campo universitário", in *Actas da I Conferência Internacional de Sociologia da Educação*, Faro, Escola Superior de Educação, pp. 150 – 211;
- RESENDE, José M. e Maria Manuel Vieira, (1992), "Entre a autonomia e a dependência: a realidade do sistema de ensino superior politécnico em Portugal", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 11, pp. 89 – 110;
- RESENDE, José M. e Maria Manuel Vieira, (1993), "A sociologia e o ensino superior em Portugal: um levantamento e algumas interrogações", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 12 – 13, pp. 53 – 79;
- Revista Crítica de Ciências Sociais*, (1989), nº 27/28;
- ROEMER, John E., (1982), *A General Theory of Exploitation and Class*, Harvard University Press, Cambridge-Massachusetts, pp. 288 – 289;
- SEIXAS, Ana Maria M., (1993), "Educação e mercado de trabalho: representações sociais de estudantes do ensino superior politécnico", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol. 1, Lisboa, Ed. Fragmentos, pp. 336 - 355;

